

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE LAMEGO, REALIZADA NO DIA 20 DE MAIO DE 2019, NA SALA DE REUNIÕES DO MUNICÍPIO DE LAMEGO

PRESENCAS

O senhor Presidente da Câmara Municipal, Ângelo Manuel Mendes Moura e os senhores Vereadores Ernesto da Silva Rodrigues, António Pinto Carreira, António Manuel Guedes Gomes Alves da Silva, Fernando Silvério Cardoso de Sousa, Ana Catarina Graça da Rocha e Alita Maria de Jesus Carvalho, em substituição do senhor Vereador José Correia da Silva, nos termos do artigo 78º, da Lei 169/99, de 18 de Setembro, na sua atual redação.

AUSÊNCIAS

Justificada a ausência do senhor Vereador José Correia da Silva, por motivos pessoais.

SECRETARIOU

A Técnica Superior do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

ABERTURA (COD. 02)

O senhor Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, às nove horas e trinta minutos, e deu, de imediato, início ao período antes da ordem do dia, dando a palavra aos senhores Vereadores.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

Nos termos do disposto no artigo 52º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** questionou o senhor Presidente da Câmara sobre o ponto de situação, relativo à obra do Balcão Único dos Paços do Município de Lamego, nomeadamente se já há existe avaliação, e se já tomou alguma decisão sobre o que foi discutido na última reunião de Câmara.

De seguida, reportou-se a uma situação referente à senhora Isilda Susana Silva Batista Coelho, dado que é do conhecimento público que a mesma se tem apresentado todos os dias na Câmara para trabalhar, uma vez que tem uma ordem judicial nesse sentido, na sequência de ter sido opositora a um concurso público. Disse que, ao que sabe, não

estará a ser tratada de forma conveniente, pelo que gostaria de ser esclarecido sobre esta matéria.

Posteriormente, disse que recebeu um convite para a Montra da Cereja, tendo ficado admirado ao verificar que o mesmo vinha endereçado do Gabinete de Apoio ao Vice-Presidente.

Questionou, por isso, o senhor Presidente da Câmara quando foi criado tal Gabinete, em que lei se baseou para o fazer, quais os gastos que teve, bem como o respetivo despacho. Afirmou que dá a ideia que existem dois Gabinetes de Apoio à Presidência e duas Câmaras.

Referiu-se à listagem publicada pela DGAL, sobre o ranking dos municípios relativo aos atrasos de pagamentos a fornecedores, onde constata que Lamego piorou em relação ao ano anterior. Disse que a tão apregoada boa gestão do Partido Socialista não está a ser demonstrada nos números oficiais que vêm a público.

Por último, disse que o senhor Presidente da Câmara não está a cumprir com o seu dever, ao não fornecer os documentos que são solicitados pelos senhores Vereadores.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** reportou-se à obra do Balcão Único dos Paços do Município de Lamego afirmando que, tendo em conta que os trabalhos continuaram, ou seja, não foram suspensos, tendo ainda em conta que não tem conhecimento de qualquer resultado de avaliação, e tendo ainda em conta a posição que tomou na última reunião de Câmara, deixa bem claro que está totalmente em desacordo com a obra naquele lugar, pelas razões já invocadas, mas principalmente porque não beneficiam em nada os lamecenses, nem o cidadão com mobilidade reduzida, tratando-se apenas de despesa sem justificação, porque não há nenhum critério de valor que justifique que se deixe um projeto e não se execute o projeto aprovado e candidatado e se faça outro apenas porque é outro.

Sublinhou que esta decisão, de algum modo, menospreza os lamecenses, retirando-lhes a porta principal de acesso ao município e aos respetivos serviços, impondo-lhes uma solução que em nada os dignifica. Por isso, reiterou a sua posição de totalmente contra a alteração e às obras que estão a ser executadas para a instalação do Balcão Único dos Paços do Município de Lamego.

Posteriormente, referiu-se à ação intentada pela senhora Isilda Susana Silva Batista Coelho, afirmando que desconhece o teor de tal ação, pelo que gostaria de saber que tipo de ação é, e qual a sua decisão.

O senhor **Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa** reportou-se também à situação da senhora Isilda Susana Silva Batista Coelho, uma vez que teve conhecimento que a senhora se apresenta na Câmara, desde quinta-feira passada, acompanhada de

um advogado e de um advogado do sindicato, pelo que solicitou ao senhor Presidente da Câmara o ponto de situação deste assunto, nomeadamente se há decisão e o que é que o Município está a fazer, relativamente a este caso.

O senhor **Presidente da Câmara**, relativamente ao assunto da senhora Isilda Susana Silva Batista Coelho, explicou que a senhora Isilda Susana Silva Batista Coelho foi opositora no procedimento concursal para regularização extraordinária dos vínculos precários, ao abrigo da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, para preenchimento de uma vaga de assistente técnico. Cumpridos os procedimentos legais foi o lugar provido por uma concorrente que preencheu os requisitos exigidos, conforme decorreu da lista de classificação final elaborada pelo júri. A senhora Isilda Susana Silva Batista Coelho entendeu interpor legitimamente uma providência cautelar contra o município, no sentido de defender os seus interesses.

Disse que teve conhecimento informal, na quarta-feira à noite, que a providência cautelar foi deferida, através do mandatário do município, sendo que, na quinta-feira de manhã, a senhora Isilda Susana Silva Batista Coelho apresentou-se ao serviço, no seguimento das indicações da sua mandatária.

Acrescentou que o processo está a ser devidamente analisado pelo mandatário do município, uma vez que formalmente o município não tem conhecimento da decisão da providência cautelar.

Esclareceu que, ainda, não tinha dado conhecimento desta situação aos senhores Vereadores, devido aos timings destes acontecimentos ocorridos, remetendo oportunamente todas as peças processuais inerentes ao processo.

De seguida, o senhor Presidente da Câmara esclareceu o senhor Vereador Ernesto da Silva Rodrigues que não há dois gabinetes de apoio, existe apenas um. Como é consabido o senhor Vice-Presidente tem um secretário que lhe presta apoio que é o senhor Eng. Pedro Torres, o único que está legalmente provido.

Quanto ao ranking de pagamentos, disse que é uma matéria mais que explicada, quer em sede de Executivo, quer em sede de Assembleia Municipal, sendo que os resultados são manifestamente contrariados pelas evidências.

Explicou que os números estatísticos são exatos, considerando a dívida das Águas do Norte que se manteve desde agosto de 2017 a novembro de 2018, atento o prazo e o montante, acarretou essa consequência. No entanto, no domínio das evidências e do desempenho, essa dívida já não existe, tal como é do conhecimento dos senhores Vereadores essa dívida já estava negociada e acordado o pagamento.

Sublinhou que o Município de Lamego, neste momento, não tem pagamentos em atraso aos fornecedores.

Quanto aos documentos solicitados pelos senhores Vereadores, disse que tem vindo a fazer insistência junto dos serviços para que os mesmos sejam satisfeitos.

Repetiu que comunga das preocupações manifestadas pelos senhores Vereadores, relativamente à obra do Balcão Único. Reafirmou que caso o espaço não demonstre que sirva melhor os munícipes e não dê melhores condições de vida aos funcionários terá de ser tomada outra decisão.

Repudiou, veementemente, a ideia, que se pretende colocar na sociedade lamecense, de que a entrada lateral para a prestação de serviços signifique desprezo pelos lamecenses. Toda a atividade diária realizada e desenvolvida é feita, única e exclusivamente, em prol de Lamego e dos lamecenses, não há e não houve qualquer outro interesse ou objetivo, que não os interesses dos lamecenses.

A propósito de outras intervenções, que não as efetuadas na presente reunião de Câmara, citou a frase do Ex-Presidente da Câmara, José António de Almeida Santos, e seu mandatário nas eleições, que é a seguinte *“posso pôr o pé na poça, não porei nunca é a mão na massa.”*

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** afirmou que é um dos que acredita que existe muita gente séria na política, pelo que continua a acreditar no Presidente da Câmara, sendo que nunca lhe passou pela cabeça outra coisa.

Disse que ficou estupefacto com as explicações do senhor Presidente da Câmara quanto ao ranking dos atrasos de pagamentos a fornecedores, porquanto as dívidas das Águas do Norte não contarão para este ranking.

Explicou que apenas se referiu ao documento, uma vez que é público e que constata que no ano de 2017, o atraso de pagamento a fornecedores seria de 53 dias e em 2018 passou para 167 dias.

Disse que desconhece a fórmula de cálculo para chegar a estes valores, porém tal situação terá a ver com as opções políticas tomadas pelo senhor Presidente da Câmara e com as suas opções de gestão, que tanto procura realçar a bondade das mesmas, mas o que é facto é que os números não dizem isso, já não diziam na prestação de contas e não dizem agora também, frisou.

Quanto à ação interposta pela senhora Isilda Susana Silva Batista Coelho, afirmou que o senhor Presidente da Câmara deveria ter dado conhecimento ao Executivo da sua existência, o que não fez.

Disse que também ficou estupefacto com a análise que o senhor Presidente da Câmara fez deste assunto, deu como exemplo que: se o advogado da Câmara demorar meio ano a analisar a providência cautelar, significa que a senhora Isilda Susana Silva Batista Coelho virá meio ano para a porta da Câmara à espera do resultado da análise.

Chamou a atenção do senhor Presidente que se está a falar de pessoas e de atos administrativos praticados, em que as pessoas têm o direito de se defender, de um procedimento público em que terá havido problemas, caso contrário não haveria razão para impugnar. Tanto mais que a senhora juiz do Tribunal, veio dar razão suspendendo o ato de homologação, pelo que o senhor Presidente da Câmara só tem de cumprir a decisão, independentemente, dos efeitos administrativos e políticos que daí possam advir.

Declarou, por isso que, se o senhor Presidente da Câmara não cumprir a sentença não o acompanha nesta circunstância, independentemente de quem tenha razão, a qual só se saberá daqui a uns anos, mas daqui até lá o senhor Presidente da Câmara não tem outra alternativa se não cumprir a sentença. Disse, ainda, que se fosse licenciado em direito nunca justificaria esta situação com a expressão “estamos a analisar o processo”.

Lamentou que o senhor Presidente da Câmara esteja a tratar este assunto desta forma, afirmando que não conhece pessoalmente a senhora Isilda Susana Silva Batista Coelho, mas está em causa um ser humano, foi funcionária, durante quatro ou cinco anos, e pelos vistos foi arredada de um concurso, cujas razões o júri saberá, mas tem direitos e esses direitos devem ser respeitados, e o senhor Presidente da Câmara só tem de os cumprir escrupulosamente.

O senhor **Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa** referiu que não retirou em momento algum das palavras do senhor Presidente da Câmara que este não iria cumprir a decisão da providência cautelar, pois seja ela qual for, é para cumprir, afirmando que, atento pouco prazo decorrido, compreende que ainda se esteja a analisar a decisão.

Questionou, ainda, o senhor Presidente da Câmara qual o prazo médio de pagamento a fornecedores, neste momento.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse que o assunto do prazo de pagamento a fornecedores já foi, por demais, explicado pelo senhor Presidente da Câmara, quer em sede de Executivo, quer em sede de Assembleia Municipal, e ainda na comunicação social, pelo que é do total conhecimento dos senhores Vereadores e do público em geral. Disse que, no final do ano de 2017, a dívida a fornecedores não existia porque se foi buscar dinheiro ao ano de 2018. Esta foi uma opção que o senhor Presidente da Câmara não tomou no ano de 2018, pelo que em 2019 a questão da dívida às Águas do Norte, aumentou extraordinariamente o prazo de pagamento que teria ficado sanado se os preceitos legais tivessem sido promulgados até ao fim de dezembro de 2018, o que não aconteceu e não permitiu que ficasse regularizada a situação da dívida das Águas do Norte.

Entende que esta insistência dos senhores Vereadores de querer esgrimir politicamente uma situação que está por demais esclarecida, é querer não ver o que está à vista de todos. Toda a gente sabe que os relatórios não podem iludir a realidade, pelo que a 31 de dezembro de 2018, por causa da dívida às Águas do Norte que estava em vias de ser resolvida, havia um prazo médio de pagamento a fornecedores excessivo, que não existe neste momento, e que também não existia em 2017, porque artificialmente em agosto de 2017 foram antecipados mais de dois milhões de euros, e que o atual Executivo teve de pagar.

Lembrou que quando for resolvida esta situação da dívida com as Águas do Norte o valor alterar-se-á com toda a certeza.

Quanto ao assunto da senhora Isilda Susana Silva Batista Coelho, salientou a postura rigorosa do senhor Presidente da Câmara no desenvolvimento deste processo, pois sempre pautou a sua posição pelo afastamento e independência perante os procedimentos concursais. Cada concurso teve o seu júri de avaliação, em que escolheu, determinou e propôs a decisão de admissão dos funcionários. Considera que o senhor Presidente da Câmara andou bem em se manter afastado destes procedimentos, até ao ponto em que tive de tomar decisão.

Disse que se há uma decisão relativamente à providência cautelar, que foi tomada na semana passada, e com a devida ponderação se está a aguardar que haja uma proposta de cumprimento, por parte do mandatário neste processo. Entende, por isso, que é do mais elementar bom senso, esta atitude, para que não se tomem decisões precipitadas.

Acrescentou, ainda, que não lhe passa pela cabeça que o senhor Presidente da Câmara não cumpra imediatamente uma decisão judicial, pelo que está tranquilo, relativamente àquilo que se irá passar e pensa que não é assunto para se estar a esgrimir, até porque não são conhecidos ainda os contornos do que foi a providência cautelar, não são conhecidos os contornos da contestação, não se sabe em que termos o processo correu, pelo que se deve aguardar, com calma e com bom senso, que o processo siga o seu curso, sem prejuízo de se acompanhar o mesmo.

O senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que, a 31 de dezembro de 2018, a relação de dívidas existentes no município constava na conta de gerência, foi remetida à DGAL, da qual se extrai a informação em causa. Formalmente a dívida às Águas do Norte constava dessa relação, pelo que considerando o montante e o prazo, desde agosto de 2017 a dezembro de 2018, tinha necessariamente essa consequência.

Afirmou que todos sabiam que, à data de 31 de dezembro de 2018, havia um acordo com as Águas do Norte que ainda não tinha entrado em vigor, tendo já sido remetidos os respetivos documentos ao Tribunal de Contas, para visto prévio, pelo que, produzindo

efeitos, essa dívida considera-se regularizada, deixando de existir, o que ocorre nesta data.

Disse que as restantes dívidas dizem respeito a valores muito mais baixos, no entanto, não consegue precisar o número de dias do prazo médio de pagamento, apenas sabe que os fornecedores/prestadores de serviços estão a receber quase a pronto, pelo que o prazo médio andar­á nos trinta/quarenta dias.

Relativamente à ação em curso, registou a intervenção dos senhores Vereadores, afirmando que a sentença será cumprida rigorosamente, até porque o Presidente da Câmara não tem qualquer interesse direto nesta matéria, a não ser a obrigação de cumprir a lei, reiterando que, ainda, hoje enviará aos senhores Vereadores as peças relativas à providência cautelar.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** disse que depreendeu das palavras do senhor Presidente que tem três dias para tomar conhecimento da sentença. Por esta perspetiva, assim que o mandatário é notificado considera-se igualmente notificado o Presidente da Câmara, pelo que termina hoje esse prazo e amanhã o Presidente da Câmara tem de fazer cumprir a sentença.

O senhor **Presidente da Câmara** esclareceu que os três dias são o prazo que se considera legalmente consignado, para que se considerem notificadas as partes processuais, pelo que o Presidente da Câmara tomará a decisão nessa matéria cumprindo a sentença, na sequência do que for o entendimento jurídico de quem patrocina o município.

ORDEM DO DIA

DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE COORDENAÇÃO – CÓD. DAC | 02

• Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais – CÓD. DAC 02| GAOM 01

01-ASSUNTO: ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 13 DE MAIO DE 2019 (COD. 03)

Presente à reunião, para deliberação, a ata da reunião ordinária da Câmara, realizada no dia 13 de maio de 2019, cuja leitura foi dispensada, por unanimidade, em virtude de o texto ter sido fornecido a todos os membros da Câmara Municipal e o seu conteúdo ter sido aprovado em minuta.

Deliberação: Aprovada, por maioria, com a abstenção da senhora Vereadora Alita Maria de Jesus Carvalho, por não ter participado na referida reunião.

- Gabinete Jurídico, contencioso e Execuções Fiscais

02-ASSUNTO: PROCESSO DE CONTRAORDENAÇÃO N.º 19/2017 (COD 17)**ARGUIDO: JOÃO MARTINS PEREIRA**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 377/17/2019 do senhor Presidente da Câmara Municipal, que nesta ata se dá por integralmente reproduzida e dela fica a fazer parte integrante, propondo à Câmara Municipal, nos termos das alíneas b), c) e d) do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, no âmbito do processo de contraordenação n.º 44/2015, não obstante se ter verificado interrupção do prazo prescricional, com a notificação do arguido para apresentar a sua defesa por escrito, haver-se-á de concluir que o procedimento contraordenacional se encontra prescrito, pelo decurso do respetivo prazo legal, acrescido de metade, ou seja, 27 de fevereiro de 2017, podendo-se arquivar os presentes autos.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO, AÇÃO SOCIAL E CULTURA – CÓD. DEASC | 04

03-ASSUNTO: PEDIDO DE UTILIZAÇÃO DO CENTRO MULTIUSOS DE LAMEGO PARA REALIZAÇÃO DO EVENTO II CAMPEONATO NACIONAL DO BOMBEIRINHO DE FERRO (COD 20)**REQUERENTE: ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE LAMEGO**

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 378/51/2019 da senhora Vereadora da Educação, Ação Social, Cultura e Desporto, do seguinte teor:

“A Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lamego pretende organizar nos dias 24, 26 e 27 de maio de 2019 a Cerimónia de Encerramento do II Campeonato Nacional Bombeirinho de Ferro. Para o efeito solicitou a cedência do Centro Multiusos de Lamego que, de acordo com a tabela do regulamento em vigor tem um custo de 400€, preço demasiado oneroso para ser suportado pela Associação.

Considerando que se trata de uma prova de cariz nacional, promovida por uma Associação do Concelho com grande prestígio.

Considerando que a realização desta prova dá visibilidade nacional à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Lamego e ao espaço onde vai ser realizada a cerimónia, bem como o facto de trazer muitas corporações, pais e familiares a acompanhar os atletas ao município, sendo por isso uma mais-valia para a economia local.

Considerando que de acordo com o anexo 1 do Regulamento Municipal de Utilização do Centro Multiusos de Lamego, o Município de Lamego poderá efetuar uma Utilização Contratada com preço a definir mediante o acordo estabelecido entre as entidades intervenientes.

Considerando que o requerente supra identificado, solicitou a isenção do pagamento de taxas e com base nos parágrafos anteriores e ao abrigo do n.º 1, alínea c) do artigo 3º, propomos a cedência contratada nos termos da minuta que se anexa, através da aplicação do valor de 10% do orçamento (40 euros).”

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

Ausente, neste ponto, o senhor Vereador Fernando Silvério Cardoso de Sousa, por impedimento legal.

04-ASSUNTO: ABERTURA DO PROCEDIMENTO DE HASTA PÚBLICA PARA A CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO BAR/ESPLANADA DAS PISCINAS MUNICIPAIS DESCOBERTAS (**COD 47**)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 379/47/2019 da senhora Vereadora da Educação, Ação Social, Cultura e Desporto, propondo à Câmara a apreciação das peças do procedimento, nomeadamente a aprovação do valor base, o procedimento a adotar, e a aprovação das mesmas, para o procedimento de concessão de exploração do bar/esplanada das Piscinas Municipais Descobertas e designação do júri do procedimento, com a seguinte composição.

- Abel Lima Baptista, Chefe de Divisão da DEASC
- Rosália Sofia Santos Vigia Polaco Oliveira, Técnica Superior
- Ricardo Manuel Teixeira Batista, Coordenador Técnico.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

• GABINETE DAS ATIVIDADES ECONÓMICAS E TURISMO – **CÓD. AO 01 | GAET 04**

05-ASSUNTO: PEDIDO DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇO PÚBLICO COM ROULOTTE – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (**COD. 51**)

REQUERENTE: ASSOCIAÇÃO DE ESTUDANTES DA ESTGL

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 380/51/2019 do senhor Presidente da Câmara Municipal, propondo à Câmara que ratifique o seu despacho, datado de 14 de maio de 2019, através do qual autorizou a ocupação de espaço público, nos dias 15 e 19 de maio de 2019, para instalação de uma roulotte, na Rua Virgílio Correia, no âmbito da Semana Académica de 2019. O valor das taxas a pagar pela requerente será de 9,80€.

Deliberação: Ratificado por unanimidade.

06-ASSUNTO: PEDIDO DE OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA PARA DISTRIBUIÇÃO DE PUBLICIDADE – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO (**COD. 51**)

REQUERENTE: JOSÉ ANTÓNIO PAPANÇA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 390/51/2019 do senhor Presidente da Câmara Municipal, propondo à Câmara que ratifique o seu despacho, datado de 14 de maio de 2019, através do qual autorizou a ocupação da via pública, no dia 16 de maio de 2019, para distribuição de publicidade. O valor das taxas a pagar pela requerente será de 7,20€.

Deliberação: Ratificado por unanimidade.

07-ASSUNTO: PEDIDO DE OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA COM ESPLANADA - CAFÉ DELÍCIAS (**COD. 51**)

REQUERENTE: DELÍCIAS DE LAMEGO, LDA.

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 391/51/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, propondo à Câmara o indeferimento do pedido do requerente no qual veio solicitar a ocupação de espaço público com a colocação de um estrado para a instalação de uma esplanada aberta com 3m2, pelo período de seis meses, na Rua do Teatro n.º 28, freguesia de Lamego, submetendo a audiência prévia do requerente.

Deliberação: A Câmara deliberou, por unanimidade, promover-se audiência prévia da interessada, nos termos do artigo 121º e 122º do C.P.A., no prazo de 10 dias, atento o sentido provável de indeferimento do pedido de ocupação de espaço público com a colocação de um estrado para a instalação de uma esplanada.

08-ASSUNTO: PEDIDO DE OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA COM ESPLANADA - CAFÉ DALILA (**COD. 51**)

REQUERENTE: JOSÉ DE JESUS PEREIRA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 392/51/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, propondo à Câmara o indeferimento do pedido do requerente, em que solicitou a ocupação de espaço público com esplanada, na Av. Dr. Alfredo de Sousa, do Café Dalila, pelo período de dois meses, uma vez que se mantém a situação de dívida perante este Município, desde 2014 e o facto de em 2018, a Câmara ter deliberado o indeferimento definitivo da pretensão do requerente, bem como a emissão das certidões de dívida.

De acordo com o disposto na alínea c) do n.º 3 do artigo 19º do Regulamento de Taxas e Licenças, o requerente deixa de ter possibilidade de utilização de qualquer tipo de bens do domínio público ou privado autárquico.

O senhor **Presidente da Câmara** complementou a proposta de deliberação aditando o seguinte teor: *“Em face do projeto de indeferimento do pedido, por violação do n.º 3 do artigo 20º do Regulamento de Taxas e Licenças do Município de Lamego, proponho que se notifique o requerente para se pronunciar sobre o projeto de decisão de indeferimento do seu pedido, em sede de audiência prévia, nos termos do artigo 121º e 122º do C.P.A., no prazo de 10 dias.”*

Deliberação: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta, tendo em conta o aditamento à mesma, complementado pelo senhor Presidente da Câmara.

DIVISÃO DE AMBIENTE E SERVIÇOS URBANOS – CÓD. DASU | 05

09-ASSUNTO: CORREÇÃO DE FATURA DE ÁGUA (COD 01)

CONSUMIDOR: JOSÉ CARLOS MARQUES COELHO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 381/01/2019, do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, na qual com fundamento na informação n.º 3080/DASU, de 8 de maio de 2019, propõe à Câmara que seja autorizada a retificação da fatura n.º 20885, de outubro/18, pela tarifa de perdas de água prevista no n.º 6 do artigo 40º do Regulamento de Águas do Município de Lamego.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

10-ASSUNTO: PEDIDO DE ANULAÇÃO DO CONTRATO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA (COD 01)

CONSUMIDOR: ANTÓNIO DE FREITAS MARAVILHA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 382/01/2019, do senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, na qual com fundamento na informação n.º 1699/DASU, de 13 de março de 2019, propõe à Câmara que delibere a audiência prévia de António de Freitas Maravilha, cliente n. 29083, titular do contrato de fornecimento de água da instalação predial sita em Arneirós, nos termos do artigo 121º do CPA, para que, por escrito, se pronuncie sobre o projeto de decisão de indeferimento do seu pedido de anulação do contrato de prestação de serviços, identificado em epígrafe.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

11-ASSUNTO: INTEGRAÇÃO DE CONSUMOS DE ÁGUA NO TARIFÁRIO ESPECIAL SOCIAL (COD 01)**REQUERENTE:** MANUELA PAULA PINTO GOUVEIA

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 383/01/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, referindo que a senhora Manuela Paula Pinto Gouveia solicitou, ao abrigo do n.º 1, alínea a), subalínea i), do artigo 110º do Regulamento de Águas do Município de Lamego, a integração dos seus consumos de água no tarifário social previsto no Capítulo XI, artigo 1º/1.1.2.3, da Tabela Geral das Taxas e Licenças do Município de Lamego.

Mais refere que consta no relatório elaborado pelos serviços de Ação Social que a requerente reúne os requisitos que lhe permitem usufruir do referido tarifário, pelo que propõe à Câmara Municipal que delibere a integração dos consumos de água de Manuela Paula Pinto Gouveia, cliente n.º 18643, naquele tarifário.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

12-ASSUNTO: LICENÇA PARA REALIZAÇÃO DAS FESTAS DE S. PEDRO E ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE TAXAS (COD 51)**REQUERENTE:** FÁBRICA DA IGREJA PAROQUIAL DE PENUDE

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 384/51/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, propondo à Câmara Municipal que seja concedida a licença para realização das Festas em Honra de S. Pedro, que decorrerão nos dias 22, 23, 28 e 29 de junho e 1 de julho de 2019, na freguesia de Penude, assim como a isenção do pagamento de taxas, inerentes ao referido evento.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

DIVISÃO DE OBRAS E URBANISMO - CÓD. DOU |05

Obras Particulares e Loteamentos – CÓD. DOU 06 | OPL 01

13-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO – PROC. 592/17 (COD. 42)**REQUERENTE:** SARA ISABEL DA SILVA MARTINHO**LOCAL DA OBRA:** QUINTA DO PASSADIÇO – LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 385/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1089/DOU, de 14/05/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 15/05/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 artigo 20.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere a aprovação do projeto de arquitetura, referenciado em epígrafe, com os condicionalismos referidos.

Propõe, ainda, que se notifique a requerente, da referida informação técnica.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

14-ASSUNTO: AMPLIAÇÃO/RECONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO – PROC. 122/18
(COD. 42)

REQUERENTE: GEORGINA MARIA BORGES MESQUITA

LOCAL DA OBRA: SERRA – PARADA DO BISPO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 386/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1023/DOU, de 07/05/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 15/05/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do artigo 23.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere o licenciamento da obra de reconstrução e ampliação de uma habitação, com os condicionalismos referidos.

Propõe, ainda, que se notifique a requerente, da referida informação técnica.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

15-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO – PROC. 227/15 (COD. 42)

REQUERENTE: ZÉLIA MARIA MARQUES DA SILVA CUNHA

LOCAL DA OBRA: LUGAR DE SANTIAGO (ALTO DO CEMITÉRIO) – CEPÕES

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 387/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1088/DOU, de 14/05/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 15/05/2019, propondo que a Câmara Municipal, nos termos do artigo 27.º, do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, delibere o licenciamento das alterações à obra de construção de uma habitação, com os condicionalismos referidos.

Propõe, ainda, que se notifique a requerente, da referida informação técnica.

Deliberação: Aprovada, por unanimidade, nos termos propostos.

16-ASSUNTO: CONSTRUÇÃO DE UMA HABITAÇÃO – PROC. 251/15 (COD. 42)

REQUERENTE: RUI MARQUES DE LIMA GOUVEIA

LOCAL DA OBRA: LUGAR DE SOUTO – LAMEGO

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 388/42/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara, que vem acompanhada da informação n.º 1009/DOU, de 06/05/2019, e do parecer do Chefe da DOU, de 15/05/2019, referindo que o requerente foi notificado, nos termos do n.º 5 do artigo 71º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, do projeto de decisão de declaração de caducidade do ato de licenciamento, nos termos do n.º 2 do

mesmo artigo, dado que não solicitou a emissão do alvará de licença de obras, no prazo de um ano após a sua notificação, no entanto, não se pronunciou no prazo concedido.

Face ao exposto, propõe que a Câmara delibere declarar, a título de decisão final, a caducidade do ato de licenciamento com o consequente arquivamento definitivo do processo, sendo dado conhecimento ao requerente e aos serviços de fiscalização.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

Obras Municipais – CÓD. DOU 06 | OM 02

17-ASSUNTO: PROJETO DE EXECUÇÃO E PEÇAS DO PROCEDIMENTO REFERENTE À OBRA: “CIRCUITO PEDONAL-RELÓGIO DO SOL/ACESSO AO CENTRO URBANO” (COD 41)

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 389/41/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara propondo à Câmara que, face à informação n.º 3183/2019, de 13 de maio, emanada da DOU, aprove o projeto de execução da empreitada em apreço e que autorize a abertura do procedimento concursal nos termos da alínea b) do artigo 19º do CCP, na sua atual redação, cujo valor base são 476.300,00€ (quatrocentos e setenta e seis mil e trezentos euros) acrescido do IVA, à taxa legal em vigor.

Mais propõe que sejam aprovadas as peças concursais, nomeadamente o caderno de encargos, o programa de concurso e o plano de prevenção e gestão de resíduos e o que neles está contido, tais como a constituição do júri e o gestor do contrato.

O senhor **Vereador Ernesto da Silva Rodrigues** sugeriu ao senhor Presidente da Câmara que fossem retificados os critérios de seleção, bem como os critérios de adjudicação, para não se repetir o mesmo erro cometido no caderno de encargos referente à obra de reabilitação das piscinas municipais cobertas.

Afirmou, ainda, que está muito satisfeito por este projeto, que fazia parte do programa eleitoral do PSD, ser executado.

O senhor **Vereador António Pinto Carreira** referiu que gostaria de ver o projeto referente a esta obra, uma vez que não teve acesso ao mesmo.

O senhor **Vice-Presidente da Câmara** disse que tomará em devida consideração as referências do senhor Vereador Ernesto da Silva Rodrigues, no sentido de introduzir as alterações que sejam julgadas convenientes para o melhoramento desta proposta.

Deliberação: A votação deste assunto transita para a próxima reunião.

18-ASSUNTO: CORREÇÃO DE DEFEITOS NAS PISCINAS MUNICIPAIS COBERTAS - 1.ª FASE” - TRABALHOS COMPLEMENTARES (COD 41)

Presidente

Secretária

Presente à reunião a proposta de deliberação n.º 393/41/2019 do senhor Vice-Presidente da Câmara propondo à Câmara que aprove os trabalhos complementares da empreitada referenciada em epígrafe, no valor de 4.829,39€ (quatro mil oitocentos e vinte e nove euros e trinta e nove cêntimos) acrescido do IVA, à taxa legal em vigor, e que autorize a formalização dos mesmos, nos termos do artigo 375º do CCP, para que posteriormente se possa proceder à cabimentação e contratualização legal prevista no CCP.

Deliberação: Aprovado, por unanimidade, nos termos propostos.

19-ASSUNTO: MINUTA (COD 03)

Proposta do senhor Presidente da Câmara Municipal, para aprovação em minuta dos assuntos deliberados na presente reunião.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

20-ASSUNTO: TERMO (COD 60)

O senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, às onze horas e trinta minutos, da qual foi lavrada esta ata, que vai ser assinada por si e pela Técnica Superior do Gabinete de Apoio aos Órgãos Municipais, Mabilde Rosa Pinto Lopes.

O Presidente,

A Secretária